

Tendo chegado ao conhecimento do Governo da República Portuguesa, que o benemérito cidadão Agostinho Cândido Sousa Ribeiro, natural da vila de Felgueiras, mandou construir um hospital e o ofereceu devidamente mobilado e dotado com um belo arsenal de instrumentos cirúrgicos à Misericórdia da referida vila: manda o mesmo Governo que seja dado público testemunho de louvor àquele cidadão, pelo acto de benemerência que praticou.

Paços do Governo da República, em 5 de Julho de 1912. — *Duarte Leite Pereira da Silva.*

Atendendo ao que representou a mesa gerente da Irmandade da Misericórdia de Felgueiras;

Vistas as informações oficiais e o disposto no n.º 2.º do artigo 253.º do Código Administrativo:

Manda o Governo da República Portuguesa que ela seja autorizada a aceitar do seu irmão honorário, o cidadão Agostinho Cândido Sousa Ribeiro, a doação dum hospital provido com um arsenal de instrumentos cirúrgicos e mobilado.

Paços do Governo da República, em 5 de Julho de 1912. — *Duarte Leite Pereira da Silva.*

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Sobre proposta do Ministro do Interior, e nos termos da lei de 12 de Junho do corrente ano, cumpridos os preceitos estabelecidos no § 3.º do artigo 34.º da lei de 9 de Setembro de 1908: hei por bem decretar que no Ministério das Finanças seja aberto, a favor do Ministério do Interior, um crédito especial da quantia de 19:300\$000 réis, destinada a reforçar a verba designadamente inscrita no capítulo 7.º, artigo 39.º, da despesa ordinária do segundo dos referidos Ministérios, fixada por lei de 30 de Dezembro de 1911, com aplicação a férias ao pessoal das oficinas, armazéns e escola da Imprensa Nacional.

O presente decreto, em cumprimento das disposições contidas no artigo 1.º do decreto n.º 2, de 15 de Dezembro de 1894, e na alínea a) do n.º 2.º, do artigo 6.º, do decreto com força de lei de 11 de Abril de 1911, foi visado pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, o registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, em 22 de Junho de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Duarte Leite Pereira da Silva* — *Francisco Correia de Lemos* — *António Vicente Ferreira* — *António Xavier Correia Barreto* — *Francisco José Fernandes Costa* — *Augusto de Vasconcelos* — *António Aurélio da Costa Ferreira* — *Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Conservatória Geral do Registo Civil

Despachos efectuados em 5 de Julho de 1912

António Pinto — exonerado de ajudante do posto do registo civil da freguesia de Brotas, do concelho de Mora.

Joaquim Pires Cachola — nomeado ajudante para o referido posto.

Conservatória Geral do Registo Civil, em 5 de Julho de 1912. — *O Conservador Geral, Germano Martins.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Decreto expedido por este Ministério em 22 de Junho de 1912, visado pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 3 do corrente.

Presbítero Pascoal José de Melo Freire, pároco colado da igreja de S. Miguel de Milharado, do concelho de Mafra e diocese de Lisboa — concedida aposentação extraordinária que requeru pelo Ministério da Justiça, com a pensão anual de 445\$650 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 30 de Dezembro de 1890 e do § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908.

Ministério das Finanças, Secretaria Geral, em 5 de Julho de 1912. — *M. M. A. da Silva Bruschy.*

Direcção Geral da Estatística e Fiscalização das Sociedades Anónimas

Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas

BANCO DA COVILHÃ

(Sociedade anónima de responsabilidade limitada)

Capital 3.000.000\$000 réis

1.ª omissão 750.000\$000 réis, dividida em 7.500 acções de 100\$000 réis cada uma

Resumo do balanço em 31 de Julho de 1911

ACTIVO	
Caixa — dinheiro em cofre	6:346\$244
Acções próprias existentes em carteira antes da promulgação do decreto de 11 de Julho de 1894	297:400\$000
Letras (sobre o país) descontadas e transferências a receber	289:814\$612
Letras a receber	2:112\$335
Letras caucionadas	22:587\$330
Empréstimos e contas correntes com caução	87:255\$379
Efeitos depositados	31:000\$000

Agências e correspondências	2:013\$705
Devedores gerais	2:098\$363
Valores em liquidação	119:066\$157
Edifício do Banco	4:600\$000
	<hr/>
	864:774\$325
PASSIVO	
Capital — 1.ª omissão	750:000\$000
Fundo de reserva	54:623\$116
Reserva para liquidações	14:577\$039
Dividendos a pagar	338\$500
Credores de efeitos depositados	31:000\$000
Credores gerais	7:279\$034
Contas interinas	52\$445
Ganhos e perdas	6:904\$191
	<hr/>
	864:774\$325

Covilhã, em 1 de Agosto de 1911. — Os Directores, *J. de Pina Calado* — *José Nepomuceno Fernandes Brás*. — *O Guarda-livros, Acácio de Aguiar.*

Está conforme o duplicado que fica arquivado nesta Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas, em 13 de Maio de 1912. — *Servindo de Inspector Geral, J. de Campos Pereira.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

N.º 11

Majoria General da Armada, 15 de Junho de 1912

ORDEM DA ARMADA

(Série B)

Publica-se à Armada o seguinte:

Decretos

De 30 de Março

Capitão de mar e guerra reformado, António de Azevedo e Vasconcelos — considerado, para todos os efeitos legais, como contra-almirante efectivo, desde 21 de Novembro de 1910 a 16 de Setembro último, devendo ser considerado desde esta última data como contra-almirante reformado e com o vencimento que lhe foi arbitrado pelo decreto que o colocou na situação de reforma.

(Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado).

De 18 de Maio

Segundos tenentes auxiliares do serviço, naval reformados:

Alfredo Alves dos Santos,
Luís Teixeira Fernandes;

Passam a perceber os vencimentos mensais, respectivamente, de 59\$000 réis e 53\$000 réis, desde as datas dos decretos que os reformaram.

(Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado).

De 25

Capitão de mar e guerra, Henrique Lopes de Mendonça — reformado no mesmo posto com o vencimento mensal de 115\$000 réis.

Primeiro tenente, Augusto Fernandes Lopes — mandado regressar à situação de serviço na arma, sendo nela considerado desde 15 do corrente.

Primeiro tenente médico, Augusto da Cunha Rôla — mandado passar à situação de licença ilimitada, que requereu.

Segundo tenente, António da Silva Paes — mandado regressar à situação de serviço na arma, sendo nela considerado desde 15 do corrente.

(Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado).

Guardas-marinhas:

Mário Sena Barcelos Nascimento,
Fernando de Oliveira Pinto,
Luís Augusto de Matos Ferreira de Castro,
Francisco Penteado,
Eugénio de Barros Soares Branco,
Fernando Fábio Teixeira Dinis,
Armando Perestrelo Botelho,
Henrique Owen Pinto,
Carlos Frederico Elston Dias,
Raúl Queimado de Sousa;

Promovidos a segundos tenentes, devendo ser-lhes contada para todos os efeitos legais, a sua antiguidade no posto de segundo tenente aos seis primeiros desde 10 de Setembro de 1911, ao 7.º desde 13 de Dezembro de 1911, ao 8.º desde 22 de Novembro de 1911, ao 9.º desde 22 de Março de 1911, e ao 10.º desde 8 de Dezembro de 1911, e preencher cada um deles o lugar que lhe pertencer em vista da classificação que obteve no Conselho de Instrução da Escola Naval.

(Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado).

Portarias

De 16 de Maio

Primeiros tenentes médicos:
Francisco António Leopoldino Gonçalves,
Augusto da Cunha Rôla;
Exonerados dos cargos de vogais efectivos da Junta de Saúde Naval, e nomeados para os referidos cargos os primeiros tenentes médicos, José Jorge Pereira e Joaquim Manuel Cabral.

(Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado).

De 28

Capitão-tenente, Hopfer Custódio Xavier Clemente Gomes — nomeado para o cargo de sub-chefe da 1.ª Repartição da Majoria General da Armada.

(Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado).

Primeiro tenente, Ernesto Jardim de Vilhena — nomeado para fazer interinamente parte do quadro dos oficiais de marinha da 6.ª Repartição da Direcção Geral das Colónias.

Despachos ministeriais

De 3 de Junho

Aspirante de 1.ª classe da administração naval, Armando Heitor Aranha — deferido o requerimento em que pede para que lhe seja contado como embarcado o tirocínio que fez na 5.ª Repartição da Direcção Geral de Marinha.

De 5

Primeiro tenente, Elísio Leitão Vieira dos Santos — concedida autorização para ir ao estrangeiro.

Majoria General

Em 10 de Maio

Segundo tenente auxiliar do serviço naval, Emídio Balbino — julgado incapaz de todo o serviço pela Junta de Saúde Naval, em sua sessão desta data.

Em 1 de Junho

Primeiros tenentes:

José Augusto da Costa Tavares,
José Eduardo Carvalho Crato;

Deferidos os requerimentos em que pediam troca do seu número da escala de embarque, seguindo o segundo destes oficiais para a Estação Naval de Macau, em substituição do primeiro, no dia 7 do corrente.

Guarda-marinha maquinista, Miguel Cardoso Pessoa — segue para a Estação Naval de Macau, no dia 7 do corrente.

Em 3 de Junho

Capitão-tenente, César Augusto de Melo Guerreiro — entra na escala de embarque com o valor de $N=8,533$.

Em 4

Segundo tenente, Fernando de Vasconcelos e Sá Ferreira — deferido o requerimento em que pede para contrair matrimónio com D. Marcela de Vasconcelos e Sá.

Segundo tenente, Henrique Owen Pinto,
Aspirante de 1.ª classe a maquinista naval, Alberto Dias da Silva;

Deferidos os requerimentos em que pedem para serem presentes à Junta de Saúde Naval, na sua próxima sessão.

Segundo tenente, António Raimundo Costa Santos Pedro — segue para a Guiné no paquete de 14 do corrente, a fim de assumir o comando da lancha-canhoneira *Cacheu*.

S. Ex.ª o Ministro manda louvar o instrutor do corpo de marinheiros, segundo tenente, Ildemundo Tavares da Silva, pelo zelo e competência com que realizou a instrução das praças de recente alistamento, que manifestaram muito satisfatoriamente a sua aptidão no exercício realizado na parada do quartel no dia 1 do corrente mês.

Em 5

Por determinação de S. Ex.ª o Ministro:

Capitão de mar e guerra, António de Almeida Lima — louvado pelo zelo, proficiência e esclarecido interesse com que desempenhou a comissão de instrução e para exame de guardas-marinhas que ultimamente foi realizada a bordo do cruzador *Vasco da Gama*, sob o seu comando.

Capitão-tenente, capelão reformado, Manuel de Jesus Barreira — deferido o requerimento em que pede para residir alternadamente em Moimenta (Vinhais) e em Lisboa.

Em 6 de Junho

Segundo tenente, Silvério Coelho de Sousa Mendes — deferido o requerimento em que pede para contrair matrimónio com D. Maria da Conceição de Moncada Alpoim.

Segundo tenente, Raúl Queimado de Sousa — deferido o requerimento em que pede para entrar em 10 do corrente no gozo da licença que lhe foi concedida em 22 de Junho de 1911.

Segundo tenente, Francisco Penteado,
Aspirante de 2.ª classe a maquinista, Cândido José Santa Isabel Leão dos Reis;

Os requerimentos em que pedem, o primeiro, trinta dias de licença nos termos do artigo 121.º do regulamento disciplinar da armada, e o último, sessenta dias nos termos do artigo 5.º do decreto de 12 de Junho de 1907, tiveram o seguinte despacho: «Oportunamente serão atendidos».

Mandada considerar a viagem do cruzador *Vasco da Gama*, de 15 de Abril a 15 de Maio de 1912, como viagem de instrução.

Em 7

Vice-almirante, reformado, José Ribeiro de Santa Bárbara — concedida autorização para residir alternadamente em Lisboa e na Figueira da Foz.

De ordem de S. Ex.ª o Ministro se publica:

Não havendo já flanela sarjada da que tinha sido aprovada provisoriamente para a confecção de calças e camisolas para praças da armada, e sendo a que agora se emprega de qualidade superior àquela, os preços por que estes artigos são fornecidos até o fim do actual ano económico são: calças 3\$146 réis, camisolas 3\$118 réis.